



**Revista Comunicação Midiática**

ISSN: 2236-8000

v.17, n.2, p.122-138, jul-dez 2022

---

**Racismo e necropolítica no jornalismo brasileiro: uma análise crítica do discurso do UOL**

**Racismo y necropolítica en el periodismo brasileño: un análisis crítico del discurso de UOL**

**Racism and necropolitics in Brazilian journalism: a critical analysis of UOL discourse**

---

**Daniel Dantas Lemos**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Doutor (2012) em Estudos da Linguagem pela UFRN. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. ddantaslemos@icloud.com.

**Daiana de Medeiros Brandão**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Mestranda do PPG em Estudos da Mídia da UFRN. contatodaianabrandao@outlook.com.

**Sílvio César Guedes Júnior**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Mestrando do PPG em Estudos da Mídia da UFRN. akasilvio@live.com.

**Yasmin Alves Farias Maia de Medeiros**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal, Brasil)

Discente do curso de Jornalismo da UFRN. yasmin.af@outlook.com.

## RESUMO

O trabalho analisa as manifestações de abuso de poder discursivo racistas que aparecem em enunciados jornalísticos a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD). Foram escolhidos seis textos publicados, com temática racial, no Portal UOL entre maio e agosto de 2021, selecionados entre os cinco textos publicados às 22h nos sete primeiros dias dos meses de coleta. Para análise, além dos autores da ACD (como Van Dijk, 2008, 2017; Batista Jr; Sato; Melo, 2018), discutimos o racismo estrutural (Almeida, 2019), e necropolítica (Mbembe, 2018) em diálogo com a noção de biopoder em Foucault (2008). Mostramos o discurso da mídia sobre o racismo como causa de ações violentas, a relação entre racismo, a desigualdade social e a necropolítica.

**Palavras-chave:** Análise crítica do discurso; Discurso da mídia; Jornalismo; Racismo; Necropolítica

## RESUMEN

El artículo indaga las manifestaciones de abuso de poder discursivo racista que aparecen en declaraciones periodísticas desde la perspectiva del análisis crítico del discurso (ACD). Fueron escogidos seis textos publicados, con temática racial, en el Portal UOL entre mayo y agosto de 2021, elegidos entre los cinco textos que fueron publicados a las 22 horas en los primeros siete días de los meses de recolección. Para el análisis, además de los autores de ACD (como Van Dijk, 2008, 2017; Batista Jr; Sato; Melo, 2018), discutimos sobre racismo estructural (Almeida, 2019), y necropolítica (Mbembe, 2018) en diálogo con el concepto de biopoder de Foucault (2008). Evidenciamos el discurso mediático sobre el racismo como fuente de acciones violentas, la relación entre racismo, desigualdad social y necropolítica.

**Palabras clave:** Análisis crítico del discurso; Discurso mediático; Periodismo; Racismo; Necropolítica

## ABSTRACT

The paper explores the manifestations of racist discursive abuse of power that appear in journalistic statements from the perspective of critical discourse analysis (CDA). Six texts published, with a racial issue, in the UOL Portal between May and August 2021 were chosen, selected among the five texts that were published at 10pm in the first seven days of the months of collection. For analysis, in addition to the authors of ACD (such as Van Dijk, 2008, 2017; Batista Jr; Sato; Melo, 2018), we discuss about structural racism (Almeida, 2019), and necropolicy (Mbembe, 2018) in dialogue with the concept of biopower in Foucault (2008). We show the media discourse on racism as a source of violent actions, the relationship between racism, social inequality and necropolitics.

**Keywords:** Critical discourse analysis; Media discourse; Journalism; Racism; Necropolitics

## Introdução

Este artigo propõe analisar o discurso da mídia sob uma perspectiva crítica, observando as manifestações de abuso de poder discursivo racistas que emergem em enunciados jornalísticos, e traz os resultados desenvolvidos no Projeto de Pesquisa: "Análise crítica do discurso da mídia: fascismo, machismo, racismo e lgbtfobia nos textos dos meios de comunicação", contemplado com uma bolsa de iniciação científica no Edital N° 01/2021 - Iniciação Científica, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O trabalho fundamenta-se especialmente na Análise Crítica do Discurso, conforme apresenta Van Dijk (2008, 2017) e autores como Batista Jr; Sato & Melo (2018). Possui como corpus um total de seis textos noticiosos publicados no Portal UOL, no período de maio a agosto de 2021. Optamos pela Análise Crítica do Discurso (ACD), por privilegiar temas relacionados ao abuso de poder discursivo. Nessa perspectiva decidimos por analisar no presente estudo, apenas textos que tivessem marcas discursivas relacionadas a questões raciais, assim como à temática do racismo, o que se adequa ao objetivo de nosso projeto de pesquisa, que é analisar criticamente os elementos discursivos típicos do fascismo brasileiro contemporâneo.

Desse modo, selecionamos seis notícias que foram distribuídas em cinco temáticas. Para subsidiar esta análise, também discutimos a noção de racismo estrutural, principalmente com base em Almeida (2019), e necropolítica (Mbembe, 2018) em diálogo com a noção de biopoder em Foucault (2008).

## Análise crítica do discurso: fundamentos

O estudo crítico do discurso nos meios de comunicação de massa a partir da perspectiva das relações de abuso de poder é uma possibilidade de compreender, no mundo contemporâneo, a proliferação de discursos de ódio. Nesse sentido, a Análise do Discurso Crítica (ADC), observa os discursos que reforçam, assim como legitimam as relações de desigualdade e abuso de poder, com a preocupação de analisar de que forma o uso da linguagem se manifesta como ferramenta de opressão, contribuindo para naturalizar a desigualdade e fragilizar o equilíbrio da hegemonia.

A ADC se afirma como sendo textualmente orientada, o que significa que sua análise discursiva se faz com a base material de textos concretos. Afirma-se também como socialmente orientada, uma vez que observa temas relacionados a desigualdades, opressões, violências, abusos de poder com o propósito de promover alteração na situação assimétrica e mudança social. Portanto, a ADC se reconhece como comprometida e enviesada a partir de sua perspectiva crítica (Batista Jr; Sato; Melo, 2018, p.11).

Bessa & Sato (2018) apontam alguns dos conceitos-chave na constituição da Análise do Discurso Crítica. Baseada em Gramsci, aparece a noção de hegemonia como um equilíbrio social instável. Para se estabelecer de maneira hegemônica, “o poder exige um processo de ‘universalização’ de um interesse particular” (Bessa & Sato 2018, p.125).

Associada ao poder e à hegemonia, a ideologia é outro dos conceitos-chave. Assim, dizem Bessa & Sato (2018, p.125), a “ideologia estabelece sentidos e representações que trazem vantagens para grupos específicos, contribuindo para que surjam ou se sustentem as relações de poder”. O discurso, que é relacionado à ideologia, circula através de *práticas sociais*

em que as *práticas discursivas* e *eventos discursivos* estão inseridos, trazendo, segundo Bessa & Sato (2018, p. 130), “os elementos de dominação ideológica, que moldam a interação”.

Além desses elementos conceituais introdutórios, um dos fundamentos teórico-metodológicos para o método de uma análise do discurso crítica é a concepção tridimensional de discurso, desenvolvida por Fairclough e citada aqui a partir de Gonçalves-Segundo (2018). Nessa concepção, compreende-se, primeiro, que “todo discurso se manifesta em um texto” (Gonçalves-Segundo, 2018, p.80), constituindo-se, assim, em um evento discursivo. Em segundo lugar, Gonçalves-Segundo (2018, p.80) afirma que “todo discurso é processado por uma prática discursiva de produção, distribuição, consumo e interpretação textual”. Na terceira dimensão, o modelo compreende que “todo discurso se encaixa em uma prática social/sociocultural”.

Martins (2018, p.159) explica a abordagem de textos midiáticos a partir da ADC, destacando que jornais e revistas, on-line ou impressos, fornecem a maior parte do material que fundamenta “pesquisas sobre temas os mais variados: da política partidária a grupos minoritários, do racismo a movimentos culturais. Textos para rádio, televisão e a própria internet também integram exclusiva ou parcialmente os *corpora* de muitas investigações”. Isso se dá porque na sociedade da modernidade tardia em que estamos inseridos, diz Martins (2018, p.159), “a mídia tem relevância central na construção do consenso sociopolítico”.

A Análise do Discurso Crítica procura explicar fenômenos sociais, tentando desvelar “como o discurso, enquanto linguagem em uso, participa dessa construção, estabilizando distorções sociais” (Batista Jr; Sato; Melo, 2018, p.9). Isso explica porque o discurso é, para a ADC, uma prática social. Isso implica que, ao circularem, textos produzem efeitos e têm sua dinâmica alterada por estarem intimamente relacionados a criação de hegemonias e, como dizem Batista Jr; Sato & Melo (2018, p.9), “as hegemonias são sensíveis e mudam o polo de poder à medida que novas articulações são construídas”.

Na perspectiva da ADC, o discurso é operado pelo poder para posicionar os sujeitos nos papéis que perpetuam o arranjo social (Batista Jr; Sato; Melo, 2018, p.11). Dessa forma, a ADC pretende descrever textos e interpretar práticas para que se expliquem tais processos operados pelo poder, pelo discurso e pela ideologia.

### **Racismo estrutural**

Almeida (2019, p.22) define o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem”. Almeida (2019) descreve ainda diferentes concepções acerca do racismo, ou seja, ele pode ser visto de maneira individualista, institucional ou estrutural.

Não cabendo nos limites deste artigo a descrição do racismo individualista ou institucional, destacamos a noção do racismo estrutural. O racismo estrutural implica na compreensão de como as instituições materializam a estrutura social, ou seja, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2019, p.33). Desse modo, o racismo não é uma patologia social ou um desarranjo institucional, mas um fator decorrente da estrutura da sociedade, nas relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares.

O racismo é parte constituinte da sociedade, como ela se organiza, sendo, portanto, estrutural. Quando indivíduos ou instituições atuam de modo racista, não o fazem puramente por ato individual ou institucional (sancionar a ação individual ou institucional tem efeito só limitado no enfrentamento da questão), mas manifestam, em suas ações, as práticas discursivas nas quais estão inseridos, que indicam, por sua vez, a estrutura social da linguagem onde estão encaixadas. As análises e enfrentamentos da questão, portanto, não podem passar ao largo de uma análise da prática social que fundamenta ações racistas através de ordens discursivas - em atos individuais, mas não só na forma linguística.

### **Necropolítica**

A necropolítica, conforme descreve Mbembe (2018, p.5), se define a partir de uma expressão de soberania que, em grande medida, reside "no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer", sendo desenvolvida em diálogo com a noção de biopoder apresentada em Foucault (2008, p.3). Ao falar sobre isso, Foucault (2008, p.3), descreve um "conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder".

Para Foucault (2008, p.4), "o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter - mesmo que não o consigam - justamente o poder". É nesse contexto que o autor considera que todas as formas de relação são, na verdade, relações de poder, tendo em si mesmas os mecanismos que são, ao mesmo tempo, efeito e causa dessas relações de poder.

Nessa discussão sobre poder e política, Foucault (2008) apresenta os traços principais daquilo que nomeia seu curso ("segurança, território, população"), esclarecendo acerca de diferentes mecanismos de poder que se relacionam ao território (a soberania), aos corpos dos indivíduos (a disciplina) e ao conjunto da população (a segurança). Esse exercício se dá com base no mecanismo legal ou jurídico, que "consiste em criar uma lei e estabelecer uma punição para os que a infringirem" (Foucault, 2008, p.8). O mecanismo legal pode ser criado para punir especificamente um grupo de indivíduos ou segmento social, manifestando de seu modo o poder que atua sobre determinadas formas de relação. É daí que emerge o culpado, o sujeito que precisa sofrer uma punição exemplar para que sirva, didaticamente, de aprendizado para si mesmo e outros em sua situação. Com o tempo, o mecanismo legal considera a punição não exatamente relacionada ao delito cometido, mas ao nível de periculosidade do indivíduo, permitindo assim, de maneira mais explícita, que o culpado surja antes que seja cometido o delito. Esse mecanismo passa a ser instrumento de punição de indivíduos que a sociedade considera puníveis mesmo que não cometa delitos.

Tal ideia está presente na noção de necropolítica porque, por vezes, são os corpos "morríveis" que são selecionados como culpados, puníveis, antes mesmo que atue o mecanismo legal. É assim que corpos negros são alvo de armas de policiais independente de seus crimes - e que são julgados e executados apenas por existirem. Quando não violentamente mortos, discursivamente alvos de preconceito e racismo, por meio de prática social opressora e desumana, uma verdadeira política de extermínio.

O segundo mecanismo do qual fala Foucault (2008, p.8) é o disciplinar, relacionado à vigilância e correção - um poder sobre corpos que não se enquadram nos modelos

hegemônicos na sociedade. Diante do culpado e além do jurídico, diz Foucault (2008, p.8), "aparece toda uma série de técnicas adjacentes, policiais, médicas, psicológicas, que são do domínio da vigilância, do diagnóstico, da eventual transformação dos indivíduos". São os "morríveis" que são postos sob a vigilância disciplinar. Os negros que ingressam em espaço em que "não deveriam estar", as pessoas da comunidade LGBTQIAP+ no meio de uma moralidade heteronormativa - vigilância e disciplina para impedir o desvio dos culpados e pretender enquadrá-los no que o normativo hegemônico quer determinar.

Então Foucault (2008, p.9) fala acerca do dispositivo de segurança que vai inserir os fenômenos numa dimensão global, apontando os desvios em séries prováveis de acontecimentos e calculando os custos gerais das reações, das ações, das penas. Os mecanismos jurídico-legais de disciplina e de segurança se relacionam entre si. Mais que isso, diz Foucault (2008, p.11), o "conjunto das medidas legislativas, dos decretos, dos regulamentos, das circulares que permitem implantar os mecanismos de segurança [...] é cada vez mais gigantesco". Além disso, diz o autor:

Para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, [...] para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação, da sua estrutura mental, da sua patologia própria etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar (Foucault, 2008, p.11).

É nesse contexto em que pode ser percebido o biopoder. Foi essa estrutura de relações de poder, por exemplo, na época da peste, que regulamentava como e em que horário as pessoas poderiam sair de casa, o que deveriam fazer, o que deveriam comer, quem poderiam ou não ver (Foucault, 2008, p.14). É o controle sanitário, legal, disciplinar e de segurança das populações e dos territórios. Uma ação de política sobre os corpos, as vidas e as decisões que, nesse sentido, estabelece uma presença do poder de forma irrecorrível junto aos indivíduos.

Essas ideias fazem parte das bases do que Mbembe (2018) entende como necropolítica. Mbembe (2018, p.7) articula os conceitos de biopoder, soberania e estado de exceção ao elaborar seu conceito de necropolítica. A Soberania diz respeito aqui às suas formas que têm como projeto a "instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações" (Mbembe, 2018, p.10-1). Segundo o autor, essas formas de soberania constituem a norma do espaço político em que vivemos contemporaneamente, espaço que toma como categorias fundadoras a vida e a morte, por exemplo. Discutindo Hegel, Mbembe (2018, p.12-3) afirma que a "política é, portanto, a morte que vive uma vida humana", além do que "a morte estrutura a ideia de soberania, política e sujeito", de modo que a soberania demanda que haja força, ainda que nos limites do costume social, para a decisão de matar além da proibição de o fazer. A soberania, assim, expressa o direito de matar, cuja base normativa se encontra no estado de exceção e na relação de inimizade.

No âmbito da necropolítica, de acordo com Mbembe (2018, p.17), o poder apela a uma exceção, ou emergência, ou a alguma noção ficcional de inimigo para estabelecer o direito de matar, como é possível ver em relatos como os da chacina do Jacarezinho, que analisamos neste trabalho. Em outras palavras, Mbembe (2018, p.17) esclarece que a necropolítica é uma relação entre política e morte que funciona quando uma situação de

emergência é estabelecida - ainda que ficcionalmente. Citando Foucault, Mbembe (2018, p.17) entende que "o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer", de modo que ao operar uma divisão entre vivos e mortos, "tal poder se define em relação a um campo biológico - do qual toma o controle e no qual se inscreve". Por isso, diz ainda o autor, esse "controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros", algo que, diz Mbembe (2018, p.17), Foucault chama de racismo.

A partir dessas formas de relação de inimizade - antes de aprofundar em sua obra a temática decorrente dessa reflexão inicial, incluindo as tecnologias e as formas sofisticadas de se matar - matar "se torna assunto de alta precisão", diz Mbembe (2018, p.47). O autor destaca a discussão sobre racismo e biopoder nas bases da necropolítica, o que se torna fundamental aos limites deste trabalho. Segundo Mbembe (2018, p.18):

Em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, "esse velho direito soberano de matar". Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é "a condição para a aceitabilidade do fazer morrer".

É o próprio Foucault, destacado por Mbembe (2018, p.19), que define com clareza que o direito soberano de matar e as formas como opera o biopoder estão na base da estrutura de funcionamento dos Estados modernos, modos necessários de manifestação do poder estatal na modernidade, do que foi modelo o Estado nazista que juntou em si o direito soberano de matar aqueles que considerava "morríveis" e a proteção da vida daqueles que compunham sua existência - numa mortal dança entre "nós" e "eles", na qual "eles" morrem em quaisquer circunstâncias. Ainda que o nazismo seja modelo desse Estado, a junção entre o direito soberano de matar e a tecnologia responsável pela operação dessa espécie de morte (o racismo) atua estruturalmente nas sociedades e Estados, de modo a marcar para morte, para a não-existência e para o apagamento simbólico todos os corpos que são considerados "eles", os "matáveis" e os "morríveis".

O corpus de nossa análise ajuda a perceber, no discurso midiático de um jornal/portal de notícias brasileiro, o jogo no campo da linguagem que manifesta o biopoder, a necropolítica e o racismo - que mata fisicamente ou simbolicamente, às vezes na forma de uma chacina, às vezes na forma de um apagamento social.

### **Metodologia**

Para a pesquisa da qual este trabalho é um recorte, a escolha do corpus atendeu aos seguintes critérios: estabelecemos o período de maio a agosto de 2021 para a nossa pesquisa, que foi feita no conteúdo do UOL, considerado um dos portais de notícia mais importantes da Internet no país. Selecionamos notícias publicadas nos sete primeiros dias de cada um desses meses - foram selecionadas as cinco mais recentes publicadas às 22h.

Esse corpus ainda foi submetido a uma nova seleção fundamentada nos princípios da ACD, ou seja: escolhemos notícias que pudessem ser analisadas a partir das temáticas de

abuso de poder, dominação e favorecimento dos dominantes, quais sejam esses temas: o racismo, o sexismo, a lgbtfobia e, no caso de nossa pesquisa, elementos do fascismo brasileiro contemporâneo. Desse modo, analisamos um total de seis textos que se referiam a cinco notícias diferentes.

**Tabela 1**

Título da notícia	Data da publicação
México registra primeiro caso da variante indiana da COVID-19	2 de maio de 2021
Líderes sindicais dizem que Jacarezinho foi Carandiru a céu aberto e Brasil não pode virar cemitério do mundo	7 de maio de 2021
Geografia e evolução da Polícia Civil e das milícias explicam Jacarezinho	7 de maio de 2021
Chauvin e três ex-agentes enfrentam novas acusações pela morte de Floyd nos EUA	7 de maio de 2021
Ministro critica falta de desculpas do Papa por abusos contra indígenas no Canadá	2 de junho de 2021
Crítérios de vacinação contra a Covid-19 provocam imunização desigual, aponta estudo	2 de junho de 2021

Lista de notícias de nosso corpus, coletadas entre maio e agosto de 2021

### **Caso George Floyd**

O caso do assassinato de George Floyd em maio de 2020 por ação de um grupo de quatro policiais brancos em Mineápolis, Minnessota, mobilizou uma série de protestos pelo mundo inteiro contra o racismo e a violência policial. Floyd, um homem negro de 46 anos, foi morto quando o policial Derek Chauvin pressionou seu pescoço por mais de nove minutos contra o asfalto.

O texto publicado pela Folha de S. Paulo (AFP; Reuters, 2021), trata de denúncias, por parte do Departamento de Justiça do governo dos Estados Unidos, recebidas por três policiais que participaram da ação. A morte de George Floyd se caracteriza com um evento violento de abuso de poder e opressão racial, compreendida como um fato do racismo. O enunciado analisado também reforça algumas dessas características. Já no título, utiliza o termo neutro "morte", como se fosse possível ao homem negro de Mineápolis ter decidido que morreria ou tivesse ação ativa em sua própria morte - e não fosse morto pela ação violenta e racista de policiais brancos. A morte de Floyd não é neutra - ele foi assassinado sem chance de defesa ou explicação.

O uso de várias formas eufemísticas de tratar do episódio serve ao propósito de esvaziá-lo de suas características de violência racial e abuso de poder. A presença não declarada no enunciado do jornal, do racismo como causa da morte, aponta o próprio racismo de quem enuncia o texto analisado.

A palavra racismo é apagada do texto, sendo citada apenas uma vez, no quarto parágrafo, fazendo referência aos protestos que se iniciaram após a morte de George Floyd em todo mundo. É nesse ponto, também, que aparece a única vez a palavra “negro”, usada para descrever a vítima, porém sem estabelecer qualquer relação direta entre a cor de sua pele e o crime cometido pelos policiais. O texto oculta a questão racial como motivação e o racismo como crime.

Esse apagamento opera o jogo discursivo do racismo como tecnologia do biopoder, que articula a necropolítica. Um homem negro foi morto por agentes do Estado - a manifestação da soberania de matar os "morríveis". A necropolítica que mata, silencia - afinal não podemos reconhecer que não somos outra coisa, se não indivíduos de um Estado estruturalmente racista, o qual mata soberanamente os não-brancos.

O texto destaca, ainda, que Chauvin fora acusado de violar direitos de um adolescente de 14 anos em 2017. No entanto, omite outras informações sobre o crime, como, por exemplo, o fato de que o jovem era negro e que foi imobilizado durante 17 minutos, de modo mais violento do que George Floyd<sup>1</sup>. Assim, os casos se referem à relação do poder entre o policial e as vítimas. Observa-se um ponto em comum: as duas vítimas de Chauvin eram homens negros. O que, mais uma vez, reforça a ideia de que os casos são exemplos de violência racial.

A omissão dessas informações, especialmente, sobre as características étnico-raciais do adolescente reforça o aspecto racista do próprio texto da Folha de S. Paulo (AFP; Reuters, 2021) - que silencia o racismo como forma promotora da violência policial e omite as marcas desse racismo nos relatos que publica.

Quando o discurso midiático silencia sobre o racismo demonstra uma relação com os grupos privilegiados da sociedade que, no exercício do poder, não têm interesse na discussão pública do racismo. São grupos que possuem privilégios e não discutem o racismo como um tema de relevância social, inclusive no âmbito do discurso jornalístico.

### **Chacina do Jacarezinho**

No primeiro texto, "Líderes sindicais dizem que Jacarezinho foi Carandiru a céu aberto e Brasil não pode virar cemitério do mundo", escrito por Joana Cunha e publicado na coluna Painel de 07 de maio de 2021, três presidentes de centrais sindicais falam sobre a Chacina do Jacarezinho ocorrida no dia anterior.

O texto (CUNHA, 2021) diz que aquela operação foi a mais letal da polícia do Rio de Janeiro, mas não se preocupa em explicar quem foram as pessoas mortas, quais as relações de poder desse tipo de ação policial e porque as vítimas das chacinas são em sua maioria pessoas jovens de pele negra. Sendo assim, reforça que apesar do absurdo número, aqueles corpos eram, afinal, matáveis ou "morríveis".

A reportagem também destaca, na voz de uma das fontes, que o Brasil não pode se tornar o cemitério do mundo, relacionando o contexto da chacina ao da pandemia. Esse contexto de necropolítica, como ocorrido na chacina no Rio de Janeiro, torna pessoas pretas e periféricas, as principais vítimas.

Já o artigo de Guaracy Mingardi (2021), "Geografia e evolução da Polícia Civil e das milícias explicam Jacarezinho", pode ser utilizado para construção de uma história da violência urbana no Rio de Janeiro a partir do crime organizado e da violência policial. Ainda

que as fotos ilustradas mostrem os corpos negros que são mortíveis em chacinas como essas, mais uma vez a abordagem silencia a questão racial, como também a necropolítica da violência do estado.

O texto (Mingardi, 2021) busca explicar a chacina ocorrida em Jacarezinho pela perspectiva da evolução histórica das estratégias de atuação da polícia civil, ressaltando que os policiais atuam mais no confronto armado do que na investigação, mas constituindo uma análise incompleta, uma vez que não cita a institucionalização do racismo pela polícia.

Com o desejo de construir uma explicação sobre tal fato de comoção, o autor (2021) destaca que há "inevitáveis perguntas: Por que entrar atirando? Haveria necessidade de ação imediata? Os procurados não poderiam ser rastreados um por um e presos quando estivessem longe de suas bases?". Além disso, diz que para "responder essas perguntas é necessário ir além do óbvio e olhar a evolução da criminalidade organizada e da política criminal". No entanto, o autor não responde às perguntas, o que manifesta mais um processo de silenciamento das questões de fundo relacionadas a necropolítica e dos corpos negros mortíveis.

O texto tenta explicar apenas o fato da operação policial ter como foco o Comando Vermelho: "O motivo mais óbvio é que o CV é constituído de jovens sanguinários, sem qualquer preocupação com a comunidade e que odeiam a polícia. E por sua vez são odiados pelos policiais". O que deveria ser uma análise ou explicação, assemelha-se a uma justificativa. O título, mais uma vez, sugere que a chacina ocorreu por causas circunstanciais - a geografia e a evolução da polícia - e parece propor que o crime não teve autores. Os agentes ou, como o texto sugere, os "partícipes na ação", são citados apenas de maneira secundária no subtítulo (Mingardi, 2021).

### **Variante Indiana**

O ponto de destaque desta notícia é o uso do termo "variante indiana" para designar uma variante do coronavírus oficialmente conhecida como B.1.617 no período em que foi identificada no estado mexicano de San Luis Potosí. Durante a pandemia da COVID-19, foi objeto de preocupação a identificação de variantes, especialmente aquelas mais fatais, com nações e pessoas, em particular através do uso de adjetivos relacionados à nacionalidade para nomeação dos vírus.

Quando a nova variante surgiu na Índia, o segundo país mais populoso do mundo, houve uma nova preocupação com a nomeação ligada à nacionalidade indiana. O texto em análise é anterior à decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) em passar a nomear as variantes do coronavírus com letras do alfabeto grego. Mesmo assim, destaca-se o fato de que não é a autoridade de saúde do estado mexicano de San Luis Potosí quem fala em variante indiana, e sim o jornal. É o discurso da mídia, em busca da simplificação como mecanismo da difusão da notícia que reforça uma ambiência de violência discursiva, preconceito xenofóbico e racismo.

Stuenkel (2020) defende que a sinofobia surgiu no país e vai permanecer. Tal sinofobia pode ser tomada como explicação ao fato de o jornal ter surgido a nomeação, no texto em análise e no discurso da mídia, da variante como "indiana", marcando e estigmatizando de maneira xenófoba e racista uma origem nacional e étnica.

### Vacinação COVID 19

Na superfície, o texto em análise sugere ser um instrumento de denúncia de práticas do racismo e da necropolítica. No entanto, a enunciação do discurso jornalístico neste caso não cita o racismo no título - ou na maior parte do texto - , somente nos parágrafos quatro e cinco, no discurso direto citado de uma entrevistada. Assim, o que surge como apagamento no enunciado do jornalista, aparece somente na fala da coordenadora do estudo, Gisele Brito. O enunciado jornalístico aponta que os critérios da vacinação contra a COVID-19 provocam desigualdade social e territorial, mas é Gisele Brito quem nomeia o fato como racismo estrutural e afirma que a imunização desigual surge como resultado do racismo que está na base dos critérios de vacinação contra a COVID-19 – “critérios que parecem neutros, mas não são”.

A coordenadora do estudo, nos dois parágrafos em que é citada, denuncia o racismo estrutural e as manifestações relacionadas à dimensão do biopoder e da necropolítica - uma norma política com categorias fundadoras sobre a vida e a morte. Como diz Mbembe (2018), a necropolítica é uma forma de biopoder que funciona dividindo as pessoas que devem morrer e as que devem viver, promovendo uma divisão racista do mundo. É o que denuncia Gisele Brito, ainda que o enunciador do jornal silencie a respeito: “O critério de saída beneficia a população branca e moradora das regiões mais nobres, além de ser socialmente e territorialmente demarcada, a expectativa de vida é racialmente demarcada no Brasil”.

Os critérios para a vacinação contra a COVID-19, recortes disciplinares que na aparência são neutros, reproduzem o racismo estrutural e a distinção dos "morríveis": esses excluídos da vacina, negros periféricos, jovens e trabalhadores com menor renda, têm a identidade étnico-racial silenciada pelo jornal.

### Genocídio Indígena no Canadá

A notícia fala sobre o genocídio indígena ocorrido nas “residências escolares” dirigidas pela Igreja Católica entre os anos de 1890 até 1969, no Canadá, quando cerca de 150 mil crianças indígenas foram levadas à força para essas escolas, tendo sido separadas de suas famílias, de sua língua e de sua cultura, sofrendo maus-tratos e violência sexual por autoridades e professores.

O catolicismo, além do apagamento étnico e cultural dos povos ameríndios, também pode ter ocasionado a morte de diversas crianças. Segundo reportagem da BBC acerca do mesmo tema, no intervalo de poucos anos foram encontradas 1.148 sepulturas em diferentes partes do Canadá. Essas sepulturas de crianças e adolescentes indígenas “ficavam no próprio local ou perto de internatos governamentais para crianças indígenas dirigidos pela igreja católica”. Na reportagem, a parlamentar indígena Mumilaaq Qaqqaq afirma que tal massacre é “algo que nós, indígenas, sempre soubemos. Mas agora podemos confirmá-lo à sociedade”. Ela diz ainda que o “importante, além disso, é enfatizar que se trata de indivíduos, pessoas com uma formação indígena comum, os primeiros povos deste país. E que todos esses são, em última análise, corpos de pele morena”. A parlamentar afirma se tratar não apenas de genocídio cultural, como admite o governo, mas integralmente genocídio.

É a partir dessa fala informada pela própria comunidade indígena, vítima do genocídio, que podemos afirmar que a religião católica operou um genocídio ocultado por quase um século. É, provavelmente, por essa barbárie que a notícia em análise traz já no seu

título, a informação de que o ministro de Serviços Indígenas do Canadá criticou o pedido de desculpas do Papa Francisco.

Ao se referir às crianças indígenas internadas à força como "mestiças", o enunciador reitera a mesma postura de embranquecimento, aculturação e ataque à cultura indígena, tipicamente racista, que tinha lugar nas residências escolares denunciadas pelo texto. Mais uma vez um texto que, supostamente, serviria para denunciar o racismo, manifesta marcas racistas.

A comunidade indígena não recebe o protagonismo no texto, pois, ao longo de toda a reportagem, não são incluídas falas de nenhum de seus representantes. Há somente a fala da Ministra das relações indígenas Carolyn Bennett, que não faz parte da comunidade. Em seu pronunciamento, a Ministra marca seu não-pertencimento à comunidade indígena utilizando "eles" ("Eles querem ouvir o Papa se desculpar"), que não são o "nós" do qual ela faz parte. Essa marca discursiva aponta também para a posição de protagonismo branco (o "branco salvador") no ambiente político canadense, que tem uma mulher branca à frente da pasta responsável pelas questões indígenas no país.

Por fim, vale citar também que o autor do texto se preocupou em não utilizar o termo "índio" para não se referir às comunidades, mas utilizou os termos "ameríndio" e "aborígenes", termos inusuais. Além disso, no decorrer do texto, o enunciador utiliza os termos "escola" e "residências escolares" para se referir às instituições nas quais ocorreram os abusos contra as crianças indígenas. Algo que o próprio ministro critica, e o enunciado cita no penúltimo parágrafo, ao afirmar que "esses eram campos de trabalho forçado" e "chamá-los de escolas é provavelmente um eufemismo".

Além disso, ao citar a fala do ministro no primeiro parágrafo, a reportagem oculta o termo "forçado", afirmando que o ministro teria classificado as instituições enquanto "campos de trabalho", reduzindo a força da ideia de escravidão relacionada.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, dedicamo-nos a uma análise crítica do discurso da mídia em torno do tema do racismo, destacando notícias publicadas entre os meses de maio a agosto de 2021 no Portal UOL.

O silenciamento e o apagamento das questões raciais e do racismo no discurso da mídia são, também, formas de manifestação do próprio racismo implícito nas narrativas midiáticas. Manifestações do biopoder e da necropolítica que aparecem, conforme podemos sugerir a partir Van Dijk (2008, p.44), como uma força societal por trás dos discursos. Ao silenciar o racismo, neste caso, o discurso midiático demonstra sua relação bastante direta com o poder de classe, grupo, instituição e raça em defesa da posição e status de seus membros, que têm, no exercício do poder, acesso diferenciado aos diversos gêneros do discurso: os gêneros do jornalismo atendem aos interesses dos grupos de poder étnico-raciais a quem não interessa a denúncia do racismo e da necropolítica.

Constatamos recorrências que podem contribuir para a construção de caminhos alternativos no que se refere ao enfrentamento do racismo no discurso da mídia. As cinco notícias destacadas, em seis diferentes textos, trazem temas diferentes relacionados ao racismo, que aparecem ligados entre si: desde o silenciamento do racismo como causa ou motivo de uma ação violenta nos enunciados do jornalismo (caso George Floyd e Chacina

do Jacarezinho), discriminação contra grupos sociais não-brancos (notícia sobre a "Variante Indiana" da COVID-19), relação da desigualdade social e da necropolítica com a questão do racismo (Chacina do Jacarezinho e Vacinação COVID 19) e o apagamento do genocídio histórico contra as populações originárias da América (Genocídio Indígena no Canadá).

A morte de George Floyd foi um evento violento com motivação racista que mobilizou o mundo inteiro em protesto, mas o texto publicado pela Folha de S. Paulo (AFP; Reuters, 2021) não utiliza a palavra racismo, como se fosse proibida, ao se referir ao crime. De igual modo, a palavra negro só aparece uma única vez, apenas para descrever Floyd como homem negro. Além disso, o uso de um termo neutro "morte", em vez de "assassinato", também serve para esvaziar as tensões sociais provocadas pelo racismo. O jornal não se compromete em denunciar o racismo, o que significa, por outro lado, se colocar do lado que o promove - os esquecimentos e os apagamentos sinalizam nessa direção. Tais apagamentos operam o jogo discursivo do racismo como tecnologia do biopoder a articular a necropolítica contemporânea. Percebe-se tal, também, quando se apagam informações como as características étnico-raciais do garoto negro agredido por Derek Chauvin, o que deixaria marcas discursivas ainda mais claras da prática e motivação racista do policial. A ausência dessa informação no texto noticioso aponta, ao contrário, para a sujeição ao racismo estrutural no enunciado.

Já quando pensamos nos textos referentes à chacina do Jacarezinho, destacamos que as notícias analisadas não se preocupam em explicar quem são as pessoas mortas, quais as relações de poder que agenciam uma operação policial como aquela, e o porquê as vítimas das chacinas são em sua maioria pessoas jovens que possuem a pele negra. No caso em questão, os textos sequer relacionam as características étnico-raciais das vítimas, reforçando, de maneira indireta, que, apesar do absurdo número, aqueles corpos, que eram negros, eram afinal, matáveis ou "morríveis".

No texto que refere a nota das centrais sindicais, mais um elemento da instituição da necropolítica emerge, uma vez que os sindicalistas, referindo-se também à pandemia da COVID-19, afirmam que o Brasil não pode se tornar o cemitério do mundo, como se a política oficial do governo fosse, na verdade, a morte.

No outro texto sobre a chacina do Jacarezinho, o autor refere perguntas que julga inevitáveis, mas não as responde, o que nos leva a reforçar a compreensão de que há um processo de silenciamento das questões de fundo relacionadas a necropolítica e dos corpos negros morríveis.

Outro texto que destacamos em nossa análise, ao falar sobre a identificação de uma então nova variante da COVID-19 no México, denomina-a como "variante indiana". Identificar uma doença mortal a uma nacionalidade manifesta aspectos xenófobos e racistas.

O penúltimo texto que analisamos envolve também a COVID-19 e fala sobre necropolítica e racismo. Em um nível superficial, o texto parece apenas denunciar as injustiças sociais envolvendo a vacinação contra a COVID-19, que privilegia as classes dominantes, deixando os trabalhadores jovens e de periferia mais expostos aos vírus e mais longe da vacinação. No entanto, em um nível mais profundo de análise, se destaca o fato de que na fala do jornalista não aparecem palavras relacionadas ao racismo, ainda que a entrevistada, em todas as citações diretas, denuncie o racismo estrutural e a necropolítica.

Por fim, o último texto serve para denunciar o racismo e o genocídio indígena canadense, ao mesmo tempo em que também desliza em manifestações racistas, como o uso

de expressões tais quais "ameríndio" e "aborígene". Apresenta também uma visão eurocêntrica do mundo, apresentando os povos originários do Canadá, como inferiores que precisam de salvação concedida pelos brancos.

Para concluirmos, destacamos que uma marca de racismo no discurso da mídia é justamente apagar os traços de racismo nos crimes noticiados, demonstrando sua relação com grupos sociais privilegiados que não têm interesse na discussão pública do racismo, grupos que mantêm restrito o acesso aos gêneros do discurso mais relevantes, inclusive no jornalismo.

O silenciamento e o apagamento do racismo são formas de manifestação do próprio racismo nas narrativas midiáticas. Ao silenciar o racismo, o discurso midiático demonstra sua relação bastante direta com o poder de classe, grupo, instituição e raça, em defesa da posição e status de seus membros, atendendo aos interesses dos grupos de poder étnico-raciais a quem não interessa a denúncia do racismo e da necropolítica.

Apontando tais manifestações racistas em textos noticiosos do jornalismo brasileiro, nosso trabalho pretende contribuir com a percepção crítica das relações de abuso de poder discursivo que operam no discurso da mídia, propiciando, assim, caminhos alternativos para a superação dessa violência.

Como resultado de um projeto de pesquisa, este artigo, no entanto, não pretende esgotar o assunto, mas contribuir para o desenvolvimento do campo teórico e da pesquisa acadêmica acerca da análise crítica do discurso da mídia e no enfrentamento das manifestações de abuso - racismo, como em nossa análise.

Recebido em: 8 fev. 2023

Aceito em: 13 abr. 2023

---

1. Informações adicionais sobre a agressão ao adolescente: Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/video-do-assassino-de-george-floyd-espancando-menino-negro-e-encontrado/>, acessado 18 abr 2022.

## Referências

- AFP. México registra primeiro caso da variante indiana da Covid-19. **UOL**, 2 mai. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/05/02/mexico-registra-primeiro-caso-da-variante-indiana-da-covid-19.htm>>. Acesso em: 13 jun 2022.
- AFP. Ministro critica falta de desculpas do Papa por abusos contra indígenas no Canadá. **UOL**, 2 jun. 2021 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2021/06/02/ministro-critica-falta-de-desculpas-do-papa-por-abusos-contra-indigenas-no-canada.htm>>. Acesso em: 13 jun 2022.
- AFP; REUTERS. Chauvin e três ex-agentes enfrentam novas acusações pela morte de Floyd nos EUA. **Folha de S. Paulo**, Mundo, 7 mai. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/chauvin-e-tres-ex-agentes-enfrentam-novas-acusacoes-pela-morte-de-floyd-nos-eua.shtml>>. Acesso em: 13 jun 2022.
- ALMEIDA, S. L de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BATISTA JR., J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Editora Parábola, 2018.
- BESSA, D.; SATO, D. T. B. Categorias de análise. In.: BATISTA JÚNIOR, J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Editora Parábola, 2018.
- Crítérios da vacinação contra a Covid-19 provocam imunização desigual aponta estudo. **Cultura**, Da Redação, 2 jun. 2021. Disponível em: <[https://cultura.uol.com.br/noticias/24704\\_criterios-de-vacinacao-contra-a-covid-19-provocam-imunizacao-desigual-aponta-estudo.html](https://cultura.uol.com.br/noticias/24704_criterios-de-vacinacao-contra-a-covid-19-provocam-imunizacao-desigual-aponta-estudo.html)>. Acesso em: 13 jun 2022.
- CUNHA, J.. Líderes sindicais dizem que Jacarezinho foi céu aberto e Brasil não pode virar cemitério do mundo. **Folha de S. Paulo**, Painel S.A., 7 mai. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/05/lideres-sindicais-dizem-que-jacarezinho-foi-carandiru-a-ceu-aberto-e-brasil-nao-pode-virar-cemiterio-do-mundo.shtml>>. Acesso em: 13 jun 2022.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. In.: BATISTA JÚNIOR, J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Editora Parábola, 2018.
- LIRA, L. C. E.; ALVES, R. B. C. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In.: BATISTA JÚNIOR, J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Editora Parábola, 2018.

LISSARDY, G. O que aconteceu no Canadá foi genocídio', diz parlamentar indígena. **BBC Brasil**, Mundo, 10 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57786853>>. Acesso em: 12 jun 2022.

MARTINS, A. R. N. Análise de discurso da mídia. In.: BATISTA JÚNIOR, J. R.; MELO, I. F.; SATO, D. T. **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Editora Parábola, 2018.

MBEMBE, A.. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MINGARDI, G. Geografia e evolução da polícia civil e das milícias explicam Jacarezinho. **Folha de S. Paulo**, Cotidiano, 7 mai. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/geografia-e-evolucao-da-policia-civil-e-das-milicias-explicam-jacarezinho.shtml>>. Acesso em 13 jun 2022.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, v.11, n.2, fev. 2017, p.199-229. Disponível em <<https://doi.org/10.1177/17504813176918>>. Acesso em 13 jun. 2022.

## Anexos

The image shows a screenshot of a news article from UOL. At the top, there is a blue navigation bar with the UOL logo and various menu items like 'INGRESSO.COM', 'BATE-PAPO', 'MEU NEGÓCIO', 'PASSEI DIRETO', 'PAGSEGURO', 'UOL PLAY', 'PRODUTOS', 'NOTÍCIAS', 'CARROS', 'ECONOMIA', 'FOLHA', 'ESPORTE', 'SPLASH', 'UNIVERSA', 'VIVABEM', 'TILT', 'ECO', 'CANAL UOL', 'MOV', 'NOSSA', 'TAB'. Below the navigation bar, the word 'NOTÍCIAS' is centered in a large, bold, black font. The main headline of the article is 'Ministro critica falta de desculpas do Papa por abusos contra indígenas no Canadá'. Below the headline, there is a small blue icon with 'AFP' and the date '02/06/2021 21h56'. The text of the article begins with 'Ottawa, 3 Jun 2021 (AFP) - O ministro de Serviços Indígenas do Canadá chamou de "vergonhoso" que o Papa não tenha se desculpado formalmente pelos abusos ocorridos nas instituições para aborígenes dirigidas pela Igreja Católica no país, que classificou como "campos de trabalho".'

Figura 1: Notícia UOL (Captura de tela dos autores).

**Líderes sindicais dizem que Jacarezinho foi Carandiru a céu aberto e Brasil não pode virar cemitério do mundo**

Segundo presidentes das centrais, operação foi barbárie e movimento sindical está consternado

7 mai 2021 às 21h38

🔊 Ouvir o texto A- A+

SÃO PAULO Após a [operação policial mais letal](#) do Rio de Janeiro, na favela do Jacarezinho na quinta (6), lideranças sindicais se manifestaram pedindo investigação.

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores) chamou o episódio de barbárie. Disse que a entidade exige das autoridades responsáveis quem busquem os responsáveis. “Nosso país não pode se tornar o cemitério do mundo”, afirma Patah.

notícias da folha no seu email

Digite seu e-mail

PATROCÍNIO

Figura 2: Notícia Folha S. Paulo (Captura de tela dos autores).

**FOLHA DE S.PAULO**

MENU ASSINE ENTRAR BUSCAR

mun

**Chauvin e três ex-agentes enfrentam novas acusações pela morte de Floyd nos EUA**

Movido pelo Departamento de Justiça, processo é separado das acusações do estado de Minnesota

7 mai 2021 às 21h32

Ouvir o texto A- A+

MINNEAPOLIS | AFP + REUTERS Derek Chauvin e outros três ex-policiais de Minneapolis enfrentam acusações federais de direitos civis por seu papel na prisão e no assassinato de George Floyd, anunciou o

lá fora

Semanalmente, os principais fatos do globo, explicados de forma leve e interessante

Digite seu e-mail

Figura 3: Notícia Folha de S. Paulo (Captura de tela dos autores).